

Dívida será discutida *feita* com Reagan

por Paulo Sotero
de Washington

O presidente eleito Tancredo Neves não surpreenderá o presidente americano Ronald Reagan na visita que lhe fará, na Casa Branca, na semana que vem, se, feitas as medidas de praxe, iniciar sua exposição sobre a situação brasileira falando do pesado fardo que o pagamento dos juros da dívida externa impõe ao País. O assunto, segundo fonte do governo de Washington, ocupa o topo da lista de temas que o presidente americano foi alertado a esperar ouvir de Tancredo.

Não se prevê, contudo, que o futuro presidente brasileiro vá entabular, nesta visita, uma "negociação política" destinada a viabilizar uma proposta de capitalização parcial dos juros da dívida, nos moldes sugeridos pelo documento que lhe foi entregue há dois dias pelos membros da Comissão do Plano de Ação do Governo (Copag). Tanto no governo quanto nos meios financeiros dos Estados Unidos, a ressurreição da proposta de capitalização dos juros pela Copag não causou apreensão especial. "Nós antecipamos que a administração Tancredo Neves se envolverá mais diretamente na questão da dívida", disse um funcionário do governo. Nesse qua-

dro, a sugestão de capitalização dos juros constituiria, segundo o mesmo funcionário, apenas "o tiro de partida". Mas um tiro sem consequências imediatas.

Entre os grandes bancos de Nova York que resistiram à idéia quando ela foi aventada, em meados do ano passado, pelo então presidente do Federal Reserve Bank de Nova York, Anthony Solomon, parece prevalecer a impressão de que a proposta da Copag terá o mesmo destino do documento "Nova República", preparado pelos economistas ligados ao PMDB: será ignorada por Tancredo.

"A expectativa geral é de que o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, volte na semana que vem e a renegociação plurianual da dívida seja concluída", disse a este jornal um banqueiro com assento no comitê de bancos credores.

"Tentar reabrir um acordo dessa magnitude, depois que ele estiver fechado, seria um ato de irresponsabilidade que ninguém espera de um homem sério como Tancredo Neves", acrescentou.

"Eu não consigo acreditar que as pessoas que escreveram esse documento tivessem as atuais

(Continua na página 17)

Dívida será discutida...

GAZETA MERCANTIL

5861 NVT 7-7

por Paulo Sotero
de Washington
(Continuação da 1ª página)

negociações em mente ao fazer a proposta da capitalização dos juros", disse uma outra bem informada fonte de um grande banco nova-iorquino. "Posso compreendê-la como uma alternativa que o presidente eleito queira ter em seu leque de opções para o futuro, na hipótese improvável, por exemplo, de acontecer uma hecatombe com as exportações brasileiras e a realidade desmentir os pressupostos sobre os quais se baseia a atual renegociação da dívida", acrescentou a fonte. "Neste momento, minha impressão é de que a idéia de capitalização dos juros não faz sentido, simplesmente porque ela não é necessária. O Brasil vai fazer um bom negócio com a renegociação plurianual", o cenário básico da renegociação da dívida, que deve ser retomada na próxima segunda-feira, em Nova York, prevê uma taxa de juros declinante neste ano e estabilizada na faixa dos 9,5% entre 1986 e o ano 2000, a continuação do crescimento da economia mundial à média anual de 3% e um aumento moderado, de 1% ao ano, dos preços do petróleo, no mesmo período.

OPosição AMERICANA

A proposta de capitalização dos juros foi amplamente debatida pelos bancos membros do comitê de credores na negociação da fase 2, em fins de 1983. O Brasil pleiteava, então, um "jumbo" de US\$ 6,5 bilhões de novos empréstimos. Interessados em diminuir sua "exposure", vários bancos europeus, sujeitos a regulamentos menos rígidos que os bancos americanos no tratamento de empréstimos problemáticos, mostraram-se dispostos a capitalizar uma parte dos juros que o Brasil deveria pagar-lhes, em troca de uma participação menor no novo pacote. Sob forte oposição dos banqueiros americanos, mais expostos que os europeus nos países endividados da América Latina, e determinados, acima de tudo, a manter

coeso o cartel dos credores, a idéia não prosperou.

A idéia seria ressuscitada publicamente por Antony Salomon, alguns meses depois, sob a forma de fixação de um teto para os juros, no momento em que estes ameaçaram entrar em nova disparada. Mais uma vez, contudo, ela não colou. Foi, primeiro, ofuscada pela apresentação, pelos credores, da proposta idéia da renegociação multianual da dívida, numa iniciativa calculada para esvaziar o movimento de articulação dos países devedores iniciadas com a reunião de Cartagena. A reversão da tendência altista dos juros que se seguiu fez o resto.

OS "MAUS EMPRÉSTIMOS"

A legislação americana que desestimula a capitalização de juros não foi feita, segundo fontes bancárias, por causa do problema da dívida dos países da América Latina. "Sua função é proteger os acionistas contra a possibilidade de os bancos vierem a esconder empréstimos com problemas", diz um banqueiro. "O regulamento diz, simplesmente, que empréstimos renovados a taxas de juros inferiores às do mercado devem ser classificados como 'maus empréstimos' e garantidos com um

acréscimo de reservas. Retirado dos lucros." Praticado rotineiramente com pessoas físicas e empresas, em caráter temporário, o mecanismo da capitalização de juros já foi usado em vários países africanos, por falta de melhor alternativa. Na América Latina, ele foi, em tempos recentes, empregado apenas uma vez. Em fins de 1980, os bancos rolaram a dívida externa de US\$ 750 milhões que o governo sandinista da Nicarágua herdou da dinastia Somoza, fixando os juros em 7%. O excedente, que naquele momento já era de pelo menos 4%, seria capitalizado.

Na realidade, os bancos acabaram tendo de capitalizar praticamente todos os juros da dívida nicaragüense, pois a já precária economia do país se deteriorou ainda mais a partir de 1981 e Manágua deixou de cumprir os termos do acordo. "O exemplo da Nicarágua mostra que os bancos só contemplam a capitalização dos juros quando está claro que o país, apesar de todos os seus esforços para aumentar sua receita de divisas, não consegue fazê-lo", disse uma fonte, familiarizada com o assunto. Além disso, lembrou a mesma fonte, em 1980 a Nicarágua ainda vivia uma situação política especial.